

Estados pagarão US\$ 975 mi

O risco de começar 1989 sem orçamento e sujeito a pedir autorização ao Congresso Nacional para a realização de qualquer gasto, a partir do próximo dia 1º, levou o Executivo a aceitar melhor a proposta de ontem da Comissão Mista de Orçamento para a rolagem da dívida dos Estados e municípios. O presidente da Comissão, Cid Carvalho (PMDB-MA), disse esperar que o Orçamento da União siga para o plenário do Congresso com a solução negociada que prevê o pagamento pelos Estados e municípios, em 1989, de 975,4 milhões de dólares da sua dívida externa, contra a exigência inicial da União de 3,1 bilhões de dólares.

Em cruzados de junho último (base da proposta orçamentária), os Estados e municípios pagarão, no próximo ano, Cz\$ 174 bilhões, contra os Cz\$ 550 bilhões cobrados pelo Governo Federal. O Estado de São Paulo contribuirá com mais da metade da receita da União, mediante acordo para o pagamento

de 500 milhões de dólares, em 1989. O Estado do Rio de Janeiro também terá teto fixo para os serviços da dívida do próximo ano: 100 milhões de dólares.

De acordo com os termos em fase final de negociação entre o Legislativo e o Executivo, os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Bahia pagarão 10% dos serviços das suas dívidas, incluída a parcela vencida, no próximo ano. Os 17 outros Estados só pagarão 5%.

O fechamento do acordo pelo Executivo depende apenas da indicação das fontes de recursos para compensar a perda de receita de Cz\$ 374 bilhões, em valores de junho último, na montagem do Orçamento da União para 1989. Se o Congresso cortar as emendas que criam despesas e ainda compensar os Cz\$ 374 bilhões, a rolagem da dívida dos Estados e municípios, com aval da União, será equacionada hoje.